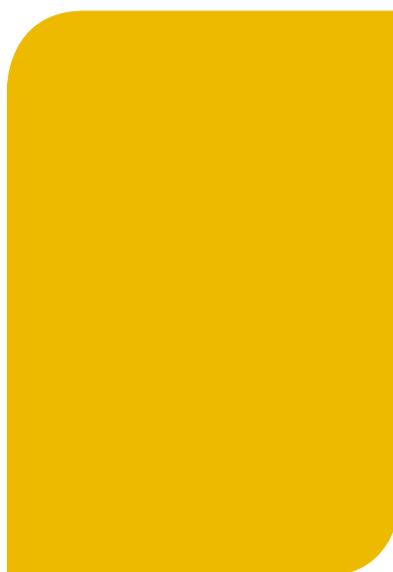


Demonstrações Financeiras

Junho
2023

Banco Cargill S.A.
CNPJ nº 03.609.817/0001-50



Cargill[®]

Banco Cargill

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	9
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	24

Aos senhores clientes e à sociedade,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do **Banco Cargill S.A.** ("Banco Cargill"), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2023.

O cenário econômico no final do primeiro semestre de 2023 permaneceu com desafios e dúvidas. A desinflação nas economias desenvolvidas está ocorrendo em um ritmo mais lento que o inicialmente esperado, os bancos centrais dessas regiões aumentaram as taxas de juros e em seus discursos e as atas das reuniões dos principais bancos centrais do mundo continuam indicando a possibilidade de novas altas nas taxas de juros até o final do ano.

No Brasil, o ano iniciou com o novo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e alguns desafios, no campo fiscal a elaboração e aprovação do novo arcabouço fiscal, em substituição ao teto de gastos, apresentado e aprovado no Senado no mês de março, ainda que tenha voltado o projeto para a Câmara para avaliações finais, as linhas gerais já estão estabelecidas e foram encarado como positivo pelo mercado apesar de ser amplamente dependente do crescimento de receitas para atingir os níveis primários apresentados pelo governo.

O Banco Central do Brasil manteve a taxa básica de juros (Selic) estável em 13,75% a.a durante todo o período, sinalizando que um afrouxamento monetário e início do ciclo de queda de juros depende da evolução da dinâmica inflacionária, que vem apresentando melhoras com números mais baixos, e das expectativas de inflação mais longas. Outro tema importante para o tema juros e inflação foi a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) que manteve a meta da inflação brasileira em 3% para 2026 (com margem de 1,5 pp para cima ou para baixo) e aprovou a adoção da meta contínua perseguida pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a partir de 2025.

Nos Estados Unidos, o FED pausou o ciclo de alta da taxa de juros básica (Fed Funds Rate), porém indicou que ajustes adicionais podem ocorrer dada a dinâmica inflacionária que permanece pressionando.

Na Europa, apesar dos indicadores econômicos de atividade na indústria e serviços continuarem mostrando desempenho fraco o Banco Central Europeu (ECB) fez aumentos nas taxas de juros, sinalizou que novas altas são prováveis e manteve um discurso duro, demonstrando preocupação com os números de inflação ainda altos e persistentes.

Na China, a movimentação do Banco Central foi o contrário dos outros demonstrado pelo mundo, reduzindo as taxas de juros de curto e médio prazo para estimular a economia. Mesmo com a queda de juros, ainda é esperado pelo mercado novos pacotes de estímulos do governo, visando impulsionar a economia, pois alguns indicadores de atividade estão vindo abaixo da expectativa, principalmente do setor imobiliário que representa uma parcela importante e significativa do PIB chinês.

Desempenho

O Banco Cargill encerrou o primeiro semestre de 2023 com R\$ 4.475.833 mil em ativos (R\$ 4.007.061 mil em dezembro de 2022), acréscimo de 12% em relação ao apresentado no exercício de 2022 e a carteira de crédito apresentou decréscimo de 25% atingindo R\$ 2.432.765 mil (R\$ 3.263.166 mil em dezembro de 2022). Além disso, encerrou o semestre com lucro de R\$ 23.785 mil (R\$ 30.024 mil em 2022).

Governança Corporativa

O Banco Cargill presta serviços e fornece empréstimos a clientes agrícolas, industriais e cooperativas, por meio de um processo de aprovação de crédito ágil, conquistado pelo conhecimento do agronegócio e por seus processos de análises robustos e eficientes.

A administração do Banco Cargill adota as melhores práticas de mercado, especialmente quando se trata de governança e transparência. O Banco Cargill mantém a sua base de crescimento sustentável - estabelecida no conjunto de normas e procedimentos - fortalecida a fim de assegurar o cumprimento das determinações legais e regulamentares. Além disso, segue as diretrizes, políticas e o Código de Conduta da Cargill, um manual baseado em sete princípios éticos que regem a condução dos negócios da empresa em todo o mundo.

Sustentabilidade

O futuro do nosso negócio depende da capacidade de transformação em toda a cadeia produtiva. Assumir um lugar de liderança em alimentação segura, responsável e sustentável passa necessariamente pelo modo como gerenciamos a cadeia de valor e pelos nossos compromissos com o meio ambiente e as comunidades em que atuamos. Entendemos que para atingir o nosso objetivo de ajudar o mundo a prosperar dependemos do engajamento com produtores rurais, comunidades, clientes, ONGs, governos, instituições nacionais e internacionais. Para isso, a Cargill investe em um relacionamento contínuo com esses públicos a fim de contribuir para a contínua evolução da empresa, do setor e do Brasil.

Considerações finais

O Banco Cargill não se enquadra no escopo da Resolução CMN nº 4.818/20 válida a partir de 01 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Entretanto, acompanharemos os normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil, que visam à redução de assimetrias entre os padrões contábeis brasileiros e internacionais.

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes e acionistas pela confiança e credibilidade, assim como aos nossos funcionários, fornecedores e parceiros que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 24 de agosto de 2023

A Administração

Ativo	Nota	Jun/2023	Dez/2022
Circulante		<u>4.144.272</u>	<u>3.298.963</u>
Disponibilidades	4	65.442	53.463
Instrumentos financeiros		<u>4.046.579</u>	<u>3.208.173</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	553.500	524.353
Títulos e valores mobiliários	5b	89.595	62.770
Instrumentos financeiros derivativos	5c	5.033	-
Operações de crédito - setor privado	6a	663.266	1.393.462
Carteira de câmbio	7	2.735.185	1.227.588
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	<u>(5.447)</u>	<u>(17.085)</u>
Outros créditos, valores e bens		<u>13.386</u>	<u>8.764</u>
Negociação e intermediação de valores	5c	398	137
Diversos	8	12.988	8.627
Ativos fiscais diferidos	13c	<u>24.312</u>	<u>45.648</u>
Não circulante		<u>331.561</u>	<u>708.098</u>
Realizável a longo prazo		<u>331.447</u>	<u>707.984</u>
Instrumentos financeiros		<u>306.506</u>	<u>680.550</u>
Títulos e valores mobiliários	5b	67.217	84.001
Operações de crédito - setor privado	6a	67.724	96.111
Carteira de câmbio	7	171.565	500.438
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	<u>(10.498)</u>	<u>(6.351)</u>
Outros créditos, valores e bens		<u>24.379</u>	<u>24.426</u>
Diversos	8	24.379	24.426
Ativos fiscais diferidos	13c	<u>11.060</u>	<u>9.359</u>
Investimentos		<u>1</u>	<u>1</u>
Intangível		<u>113</u>	<u>113</u>
Total do ativo		<u>4.475.833</u>	<u>4.007.061</u>

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em 30 de junho de 2023 e de 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais - R\$)

Passivo	Nota	Jun/2023	Dez/2022
Circulante		3.227.279	2.401.060
Depósitos e demais instrumentos financeiros		3.221.741	2.396.870
Depósitos	9	15.636	1.165
Empréstimos no exterior	11	1.623.445	1.629.271
Repasses do exterior	12	286.258	766.434
Instrumentos financeiros derivativos	5c	60.502	–
Carteira de câmbio	7	1.235.900	–
Provisões	14a	3.594	872
Outras obrigações		1.944	3.318
Recursos em trânsito de terceiros	20a	190	2.423
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		6	6
Obrigações fiscais correntes	14b	1.369	884
Obrigações fiscais diferidas	13b	379	5
Não circulante		460.840	842.348
Depósitos e demais instrumentos financeiros		436.207	817.323
Empréstimos no exterior	11	171.583	506.988
Repasses do exterior	12	264.624	310.335
Provisões	14a	24.421	24.819
Outras obrigações		212	206
Obrigações fiscais diferidas	13b	212	206
Patrimônio líquido		787.714	763.653
Capital social	16a	763.394	763.394
De domiciliados no país		486.949	486.949
Reservas de lucros		276.445	276.445
Outros resultados abrangentes	5b	535	259
Lucros acumulados		23.785	–
Total do passivo		4.475.833	4.007.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2023	2022
Receitas da intermediação financeira		49.240	157.888
Operações de crédito	18a	5.114	29.541
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	18b	44.126	36.836
Resultado de operações de câmbio	18f	-	91.511
Despesas da intermediação financeira		(114.993)	(236.235)
Operações de captação no mercado	18d	(4)	(232)
Operações de empréstimos e repasses	18e	(45.591)	(63.347)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	18c	(59.298)	(172.656)
Resultado de operações de câmbio	18f	(10.100)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		(65.753)	(78.347)
Resultado de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6f	7.491	8.119
Outras receitas/(despesas) operacionais		101.836	124.776
Receitas de prestação de serviços		892	-
Despesas de pessoal	18g	(1.565)	(1.273)
Outras despesas administrativas	18h	(15.015)	(3.776)
Despesas tributárias	18i	(4.523)	(8.473)
Outras receitas operacionais	18j	147.012	204.443
Outras despesas operacionais	18k	(24.965)	(66.145)
Resultado operacional		43.574	54.548
Resultado não operacional		-	6
Resultado antes da tributação sobre o lucro		43.574	54.554
Imposto de renda e contribuição social	13a	(19.789)	(24.530)
Provisão para imposto de renda		-	(1.773)
Provisão para contribuição social		-	(1.434)
Ativo fiscal diferido		(19.789)	(21.323)
Lucro líquido nos semestres		23.785	30.024
Quantidade de ações do capital social		486.949.354	454.197.354
Lucro líquido por ação nos semestres - R\$1,00		0,05	0,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido nos semestres		23.785	30.024
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		276	67
Ajustes de valor a mercado de títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda	5b	502	122
Efeito fiscal	5b	(226)	(55)
Resultado abrangente nos semestres		24.061	30.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	408.475	45.722	29.795	220.299	(196)	-	704.095
Aumento de capital (nota 16a)	45.722	(45.722)	-	-	-	-	-
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5b)	-	-	-	-	67	-	67
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	30.024	30.024
Destinações:							
Reservas	-	-	1.501	28.523	-	(30.024)	-
Saldos em 30 de junho de 2022	454.197	-	31.296	248.822	(129)	-	734.186
Saldos em 31 de dezembro de 2022	454.197	32.752	33.213	243.232	259	-	763.653
Aumento de capital (nota 16a)	32.752	(32.752)	-	-	-	-	-
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5b)	-	-	-	-	276	-	276
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	23.785	23.785
Saldos em 30 de junho de 2023	486.949	-	33.213	243.232	535	23.785	787.714

(Em milhares de reais - R\$)

	2023	2022
Atividades operacionais	41.126	(137.779)
Lucro líquido ajustado	35.685	46.450
Lucro nos semestres antes do imposto de renda e contribuição social	43.574	54.554
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(7.491)	(8.119)
Provisão para contingências	(398)	15
Variação de ativos e obrigações	5.441	(184.229)
(Aumento) de títulos e valores mobiliários e derivativos	(14.572)	(24.690)
Redução de operações de crédito	758.583	318.001
(Aumento) de outros créditos	(1.179.782)	(1.166.294)
Redução de outros valores e bens	47	27
Aumento de depósitos	14.471	22
(Redução) de recursos de aceites e emissão de títulos	-	(11.852)
(Redução) de recursos em trânsito de terceiros	(2.233)	(72.932)
Aumento/(Redução) de obrigações por empréstimos	(341.231)	874.105
(Redução) de obrigações por repasses	(525.887)	(300.698)
Aumento de instrumentos financeiros derivativos	60.502	12.372
Aumento de outras obrigações	1.239.261	204.878
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.718)	(17.168)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	41.126	(137.779)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	577.816	729.907
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	618.942	592.128
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	41.126	(137.779)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Cargill S.A. ("Banco"), instituição financeira sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Dr. Chucri Zaidan, 1.240, 6º Andar, no estado de São Paulo, foi constituído em 17 de agosto de 1999 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2000, nos termos da regulamentação bancária brasileira.

O Banco está autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de câmbio. Atuando no segmento financeiro, atendendo pessoas físicas e jurídicas, oferecendo produtos e serviços bancários como empréstimos, financiamentos, soluções contra variação cambial (*hedge*) e operações de câmbio. O acionista em última instância do Banco é a Cargill Inc., com sede em Minnesota, Estados Unidos da América.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações decorrentes da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis.

As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Administração na data de 24 de agosto de 2023.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de aplicação e captação de recursos são apropriados aos resultados em base *pro rata* dia pelos métodos exponencial ou linear, dependendo das condições da contratação. As variações monetárias incidentes sobre as operações indexadas são registradas com base nos índices ou nas cotações a que se vinculam contratualmente.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e que possuem vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

As aplicações financeiras de curto prazo são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço.

(c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068/01, e são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos de renda fixa e títulos de renda variável são apurados de acordo com a cotação de preço de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços, utilizando-se das cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, respectivamente. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições aos riscos ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado do período.
- *Hedge* de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações do efeito da marcação a mercado, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Outros resultados abrangentes". Os ganhos ou perdas decorrentes da valorização ou desvalorização são reconhecidos no resultado do período. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado, reconhecidos no resultado do período.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores de mercado a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais.

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(e) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

(Em milhares de reais - R\$)

As rendas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial, exceto quando são renegociadas e reativadas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida.

(f) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

(g) Investimentos e intangível

É demonstrado ao valor de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

(h) Redução ao valor recuperável de ativos

Conforme disposto pela Resolução CMN nº 4.924/21 válida a partir de 01 de janeiro de 2022, que aprovaram a adoção do CPC 01 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(i) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes – Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados em notas explicativas.
- Passivos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando classificadas com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – São decorrentes de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

(k) Imposto de renda, contribuição social, ativos e passivos fiscais diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mensais, e contribuição social - 20% de janeiro de 2022 a julho de 2022 e 21% de agosto de 2022 até dezembro de 2022, novamente 20% a partir de janeiro de 2023.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e registrados conforme legislação vigente. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração do Banco.

(l) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a avaliação das contingências e obrigações, a apuração das respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos e a avaliação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

As principais premissas usadas nas estimativas contábeis estão descritas nas notas 3c, 3d, 3e, 3h e 3j.

(m) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco são apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

(n) Resultado não recorrente

São classificados como "Resultado não recorrente" aqueles que são:

- Oriundos de operações/transações realizadas pelo Banco que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas;
- Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Banco; e
- Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros.

Não houve resultado considerado não recorrente em Junho de 2023 e de 2022.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Jun/2023	Dez/2022
Disponibilidades	65.442	53.463
Aplicações no mercado aberto – posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional – LTN (nota 5a)	553.500	524.353
	<u>618.942</u>	<u>577.816</u>

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Jun/2023	Dez/2022
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	553.500	524.353

(b) Títulos e Valores Mobiliários

O Banco adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 30 de junho de 2023 e de 31 de dezembro de 2022, foi classificada na categoria “disponível para venda” e estava apresentada como segue:

Papel/vencimento	Jun/2023				
	Valor de mercado			Valor de curva	Ajuste a mercado
	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total		
Carteira própria					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	12.384	46.955	59.339	58.940	399
Vinculados à prestação de garantias					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	77.211	20.262	97.473	96.900	573
	<u>89.595</u>	<u>67.217</u>	<u>156.812</u>	<u>155.840</u>	<u>972</u>

Papel/vencimento	Dez/2022				
	Valor de mercado			Valor de curva	Ajuste a mercado
	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total		
Carteira própria					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.725	59.282	68.007	67.682	325
Vinculados à prestação de garantias					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	54.045	24.719	78.764	78.619	145
	<u>62.770</u>	<u>84.001</u>	<u>146.771</u>	<u>146.301</u>	<u>470</u>

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

O ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foi um ganho não realizado de R\$ 972 (ganho de R\$ 470 em dezembro de 2022), e é registrado em conta destacada do patrimônio líquido no montante de R\$ 535 de ganho (ganho de R\$ 259 em dezembro de 2022), líquidos dos efeitos tributários.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

(i) Política de utilização

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem.

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de *hedge*.

(ii) Objetivos

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de moeda e de taxas subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, cupom cambial, real e CDI).

(Em milhares de reais - R\$)

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

(iii) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto destacam-se os de natureza cambial, de oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado por meio de relatórios diários contendo posição de VaR, limites operacionais, posições em títulos públicos, exposição ao risco cambial, operações de crédito e posições de derivativos. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

(iv) Portfólio de derivativos

• **Instrumentos financeiros derivativos por vencimento**

	Jun/2023		
	Valor de Mercado		
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Total
Posição ativa			
Contratos a termo	-	547	547
Outros derivativos	1.798	2.688	4.486
	1.798	3.235	5.033
Posição passiva			
Contratos a termo	50.101	10.401	60.502

O Banco não mantinha nenhuma posição de contrato a termo de moedas e outros derivativos em 31 de dezembro de 2022.

• **Contratos de operações a termo**

Tipo	Jun/2023				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de Curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Compra - Dólar	1.008.734	547	60.502	(59.955)	(55.810)

Contraparte	Jun/2023				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de Curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Instituições Financeiras	1.008.734	547	60.502	(59.955)	(55.810)

O Banco não mantinha nenhuma posição de contrato a termo de moedas em 31 de dezembro de 2022.

Os contratos de operações a termo são negociados em Balcão e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

• **Contratos futuros**

Tipo	Jun/2023				
	Valor de Referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Moeda estrangeira:					
Venda DOL	14.450	-	-	-	14.450
Mercado interfinanceiro:					
Venda DI1	24.088	18.395	105.218	67.217	214.918
	38.538	18.395	105.218	67.217	229.368

Tipo	Dez/2022				
	Valor de Referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	21.296	-	-	-	21.296
Mercado interfinanceiro:					
Compra DI1	100	-	-	-	100
Venda DI1	-	9.674	99.270	83.982	192.926
	21.396	9.674	99.270	83.982	214.322

(Em milhares de reais - R\$)

Os contratos de futuros são negociados em Bolsa e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O valor do ajuste a receber em 30 de junho de 2023 é de R\$ 398 (ajuste a receber de R\$ 137 em dezembro de 2022), registrado na rubrica Negociação e Intermediação de Valores.

• **Outros derivativos**

Tipo	Jun/2023			
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado		Valor de Curva
		Valores a receber	Posição líquida	
Compra - Dólar	1.007.090	4.486	4.486	56.169

As contrapartes envolvidas são instituições financeiras.

O Banco não mantinha nenhuma posição em outros derivativos em 31 de dezembro de 2022.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

(a) Por tipo de operação

Descrição	Jun/2023		Dez/2022	
	Valor	%	Valor	%
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 7)	1.701.775	69,95	1.773.593	54,35
Financiamentos à exportação	546.884	22,48	1.081.361	33,14
Financiamentos à exportação indireta	179.845	7,39	408.212	12,51
Empréstimos	4.261	0,18	-	-
	<u>2.432.765</u>	<u>100,00</u>	<u>3.263.166</u>	<u>100,00</u>
Operações de crédito - Circulante	663.266	27,26	1.393.462	42,70
Carteira de câmbio - Circulante	1.513.848	62,23	1.282.185	39,29
Operações de crédito - Longo prazo	67.724	2,78	96.111	2,95
Carteira de câmbio - Longo prazo	187.927	7,73	491.408	15,06

(b) Por vencimento

Descrição	Jun/2023		Dez/2022	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	-	-	4.437	0,14
A vencer até 3 meses	448.265	18,43	997.343	30,56
A vencer de 3 a 12 meses	1.728.849	71,06	1.673.867	51,30
A vencer de 1 a 3 anos	139.185	5,72	466.294	14,29
A vencer de 3 a 5 anos	116.230	4,78	121.225	3,71
Acima de 5 anos	236	0,01	-	-
	<u>2.432.765</u>	<u>100,00</u>	<u>3.263.166</u>	<u>100,00</u>

(c) Por setor de atividade

Descrição	Jun/2023		Dez/2022	
	Valor	%	Valor	%
Outros serviços	1.615.458	66,40	1.988.578	60,94
Pessoas físicas	817.307	33,60	1.247.292	38,22
Comércio	-	-	27.296	0,84
	<u>2.432.765</u>	<u>100,00</u>	<u>3.263.166</u>	<u>100,00</u>

(d) Operações ativas vinculadas

O Banco opera com operações ativas vinculadas, nos termos da Resolução CMN n° 2.921/02. Estas operações geram ao Banco um ganho de até 0,25% sobre o valor liberado em cada operação ativa vinculada. Em 30 de junho de 2023 e de 31 de dezembro de 2022 a carteira de operações vinculadas era composta dos seguintes valores:

Descrição	Jun/2023			
	Ativos vinculados	Recursos vinculados	Receita	Despesa
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.701.775	-	35.737	-
Operações de crédito - Empréstimos	362.573	-	-	(11.978)
Operações de crédito - Financiamentos à exportação indireta	179.845	-	-	(5.940)
Empréstimos no exterior - Exportação	-	1.615.183	-	(34.445)
Repasse do exterior	-	380.374	12.250	-
Empréstimos no exterior - à exportação indireta	-	179.845	6.263	-
	<u>2.244.193</u>	<u>2.175.402</u>	<u>54.250</u>	<u>(52.363)</u>

(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Dez/2022			
	Ativos vinculados	Recursos vinculados	Receita	Despesa
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.773.593	-	91.417	-
Operações de crédito - Empréstimos	892.256	-	23.058	-
Operações de crédito - Financiamentos à exportação indireta	408.212	-	-	(2.132)
Empréstimos no exterior - Exportação	-	1.728.047	-	(86.461)
Empréstimos no exterior - à exportação indireta	-	408.212	786	-
Repasses do exterior	-	892.161	-	(20.990)
	<u>3.074.061</u>	<u>3.028.420</u>	<u>115.261</u>	<u>(109.583)</u>

(e) Por nível de risco e provisionamento

Nível	Jun/2023			
	Parcelas a vencer	Total	%	Valor da Provisão
AA	1.599.989	1.599.989	65,77	-
A	656.204	656.204	26,97	3.281
B	127.439	127.439	5,24	1.275
C	37.038	37.038	1,52	1.111
E	2.596	2.596	0,11	779
H	9.499	9.499	0,39	9.499
	<u>2.432.765</u>	<u>2.432.765</u>	<u>100,00</u>	<u>15.945</u>

Nível	Dez/2022				
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	Valor da Provisão
AA	1.917.124	-	1.917.124	58,75	-
A	1.082.879	-	1.082.879	33,18	5.414
B	153.891	-	153.891	4,72	1.539
C	92.547	-	92.547	2,84	2.776
E	4.312	-	4.312	0,13	1.294
H	7.976	4.437	12.413	0,38	12.413
	<u>3.258.729</u>	<u>4.437</u>	<u>3.263.166</u>	<u>100,00</u>	<u>23.436</u>

(f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Descrição	Jun/2023	Dez/2022
Saldo inicial	23.436	106.196
Constituição	9.999	19.544
Reversão	(17.490)	(17.267)
Baixa para prejuízo	-	(85.037)
Saldo final	<u>15.945</u>	<u>23.436</u>
Operações de crédito - Circulante	4.248	15.974
Operações de crédito - Longo prazo	10.498	6.351
Outros créditos - Circulante	1.199	1.111

No semestre findo em 30 de junho de 2023, foram recuperados R\$ 2.871 de créditos baixados para prejuízo (R\$ 1.572 em dezembro de 2022), e renegociação de créditos de R\$13.029 em junho de 2023 (não havia renegociação de créditos em dezembro de 2022).

7. CARTEIRA DE CÂMBIO

Descrição	Jun/2023	
	Ativos	Passivos
Câmbio comprado a liquidar	1.848.853	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	37.888	-
Direito sobre venda de câmbio	1.020.009	-
Obrigações por compra de câmbio	-	1.935.947
Câmbio vendido a liquidar	-	963.840
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	(1.663.887)
	<u>2.906.750</u>	<u>1.235.900</u>
Circulante	2.735.185	1.235.900
longo prazo	171.565	-

(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Dez/2022	
	Ativos	Passivos
Câmbio comprado a liquidar	1.681.617	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	46.409	-
Obrigações por compra de câmbio	-	1.727.184
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	(1.727.184)
	<u>1.728.026</u>	<u>-</u>
Circulante	1.227.588	-
Longo prazo	500.438	-

Em 2023, o Banco operou com contratos interbancários para liquidação futura. Estas operações foram tratadas como derivativos (venda a termo), mensuradas por seu valor de mercado e estão assim registradas:

Descrição	Jun/2023
Direito sobre venda de câmbio - Interbancário Futuro	1.007.090
Direito sobre venda de câmbio - Prêmio	12.919
Câmbio vendido a liquidar - Interbancário Futuro	(963.840)
Carteira de Câmbio	56.169
Outros Derivativos - Ajuste a mercado positivo	60.655
Interbancário Futuro - Valor a Mercado	<u>4.486</u>

No semestre findo em 30 de junho de 2023, as receitas apropriadas do prêmio foram de R\$ 15.112 (R\$ 81.289 em dezembro de 2022) e os ajustes a valor de mercado foram de R\$ 60.655 positivos (não houve ajuste a valor de mercado em dezembro de 2022), registrados nas rubricas Resultado de operações de câmbio e Resultado com instrumentos financeiros derivativos, respectivamente.

8. OUTROS CRÉDITOS, VALORES E BENS

Descrição	Jun/2023	Dez/2022
Devedores por depósitos em garantia (nota 15a)	24.248	24.248
Impostos e contribuições a compensar	12.876	8.573
Adiantamento e antecipações salariais	75	16
Créditos Vinculados - Banco Central	29	57
Outros	139	159
	<u>37.367</u>	<u>33.053</u>
Circulante	12.988	8.627
Longo prazo	24.379	24.426

9. DEPÓSITOS

Segmento de mercado	Jun/2023	Dez/2022
	Depósitos à vista	Depósitos à vista
Indústria, comércio e serviços	13.174	173
Sociedades ligadas	1.463	2
Pessoas físicas	999	990
	<u>15.636</u>	<u>1.165</u>

10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

O Banco não mantinha nenhuma captação via emissão de títulos ou outros recursos em 30 de junho de 2023 e em dezembro de 2022.

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Obrigações em moeda estrangeira	Jun/2023				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	242.110	146.277	1.055.213	171.583	1.615.183
Empréstimos do exterior - Resolução CMN n° 2.921/02	-	50.215	129.630	-	179.845
	<u>242.110</u>	<u>196.492</u>	<u>1.184.843</u>	<u>171.583</u>	<u>1.795.028</u>
Obrigações em moeda estrangeira	Dez/2022				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	822.208	16.288	382.563	506.988	1.728.047
Empréstimos do exterior - Resolução CMN n° 2.921/02	-	340.628	67.584	-	408.212
	<u>822.208</u>	<u>356.916</u>	<u>450.147</u>	<u>506.988</u>	<u>2.136.259</u>

Obrigações por empréstimos no exterior referem-se a captações com variação cambial do dólar e taxas de juros de 4,50% a.a. a 10% a.a. (3% a.a. a 9,25% a.a. em dezembro de 2022).

(Em milhares de reais - R\$)

12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

Obrigações em moeda estrangeira	Jun/2023				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasses do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	140.260	76.676	67.486	95.952	380.374
Repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844/10	-	1.836	-	168.672	170.508
	<u>140.260</u>	<u>78.512</u>	<u>67.486</u>	<u>264.624</u>	<u>550.882</u>

Obrigações em moeda estrangeira	Dez/2022				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasses do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	96.903	467.891	199.651	127.716	892.161
Repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844/10	-	1.989	-	182.619	184.608
	<u>96.903</u>	<u>469.880</u>	<u>199.651</u>	<u>310.335</u>	<u>1.076.769</u>

Obrigações por repasses do exterior referem-se a captações com variação cambial do dólar e taxas de juros de 5,65% a.a. na forma da Resolução CMN nº 3.844/10 (5,56% a.a. em dezembro de 2022), e de 6,75% a.a. a 12% a.a. na forma da Resolução CMN nº 2.921/02 (6,75% a.a. a 12% a.a. em dezembro de 2022).

13. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

Descrição	Jun/2023	Jun/2022
Resultado antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL)	43.574	54.554
Receitas e Despesas tributáveis de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente - 45%	(19.608)	(24.549)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Despesas indedutíveis	(181)	-
Outros	-	19
	<u>(19.789)</u>	<u>(24.530)</u>

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

(b) Passivo fiscal diferido

Descrição	31/12/2022	Constituição	Reversão	30/06/2023
Ajuste a valor de mercado de títulos públicos	211	397	(171)	437
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	1.313	(1.159)	154
	<u>211</u>	<u>1.710</u>	<u>(1.330)</u>	<u>591</u>

(c) Ativo fiscal diferido

• Natureza e origem dos créditos tributários

Descrição	31/12/2022	Constituição	Reversão	30/06/2023
Prejuízo fiscal	-	21.654	-	21.654
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	48.505	205.063	(246.394)	7.174
Provisão para riscos fiscais, obrigações legais e contingências	6.318	334	(513)	6.139
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	184	1.381	(1.160)	405
Total dos créditos registrados	<u>55.007</u>	<u>228.432</u>	<u>(248.067)</u>	<u>35.372</u>

• Expectativa e realização dos créditos tributários

Ano	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	13.504	10.808	24.312
Até 2 anos	336	268	604
Até 3 anos	23	19	42
Até 5 anos	2.375	1.900	4.275
Acima de 5 anos	6.105	34	6.139
Total	<u>22.343</u>	<u>13.029</u>	<u>35.372</u>

• Valor presente dos créditos tributários

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 25.806 (R\$ 44.176 em dezembro de 2022), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal e trazido a valor presente pela taxa SELIC.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

(a) Provisões

Descrição	Jun/2023	Dez/2022
Provisão para contingências (nota 15a)	24.421	24.819
Assessoria técnica	2.625	21
Despesas de pessoal	414	297
Outros ⁽¹⁾	555	554
	<u>28.015</u>	<u>25.691</u>
Circulante	3.594	872
Não circulante	24.421	24.819

⁽¹⁾ Inclui despesa com serviços de auditoria externa. Os honorários de auditoria sobre as demonstrações contábeis totalizam R\$ 461 para o exercício de 2023.

(b) Obrigações fiscais correntes

Descrição	Jun/2023	Dez/2022
COFINS	1.053	575
PIS/PASEP	171	94
Impostos e contribuições sobre salários	82	122
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	61	51
Imposto Sobre Serviços - ISS	1	41
CIDE	1	1
	<u>1.369</u>	<u>884</u>

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Provisões constituídas e respectivas movimentações de junho de 2023 e dezembro de 2022

A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota 3j.

Descrição	Jun/2023	Dez/2022
Saldo da provisão no início do período	24.819	24.376
Adição	-	443
Reversão	(398)	-
Saldo da provisão no fim do período	<u>24.421</u>	<u>24.819</u>

Os valores de provisão de natureza cível, fiscal e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

Descrição	Valores provisionados		Depósitos judiciais	
	Jun/2023	Dez/2022	Jun/2023	Dez/2022
PIS	3.237	3.237	3.237	3.237
COFINS	19.955	19.955	19.955	19.955
FGTS	246	246	246	246
INSS	810	810	810	810
CÍVEIS	173	571	-	-
	<u>24.421</u>	<u>24.819</u>	<u>24.248</u>	<u>24.248</u>

O Banco questiona a base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, solicitando que seu recolhimento se dê nos moldes da Lei n° 9.715/98 e Lei Complementar n° 70/91 e não nos moldes da Lei n° 9.718/98, desde a data-base julho de 2005. Os valores relativos à diferença entre as bases de cálculo estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 30 de junho de 2023 as provisões totalizaram R\$ 23.192 (R\$ 23.192 em dezembro 2022).

O Banco questiona também a incidência da contribuição ao INSS e FGTS sobre determinadas remunerações. Os valores questionados estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 30 de junho de 2023 as provisões totalizaram R\$ 1.056 (R\$ 1.056 em dezembro 2022).

(b) Contingências possíveis

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis que totalizam R\$ 84.432 (R\$ 80.833 em dezembro 2022) são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas possíveis não estão reconhecidas contabilmente, sendo compostas, principalmente, pela seguinte questão:

- PIS/COFINS Lei n° 9.718/98 - Autos de infração lavrados para cobrança da contribuição ao PIS e à COFINS, incidente nos moldes da Lei n° 9.718/98, relativamente ao período compreendido entre maio de 2000 e dezembro de 2003, no valor total de R\$ 15.937 (R\$ 15.381 em dezembro 2022).
- Tributos com Exigibilidade Suspensa - Autos de infração lavrados em razão da dedução de tributos com a exigibilidade suspensa da Base de Cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido nos anos de 2006 a 2014, no montante de R\$ 11.330 (R\$ 10.931 em dezembro 2022).
- Juros sobre Capital Próprio - Autos de infração lavrado em razão da cobrança de IRPJ e CSLL sobre o Juros de Capital Próprio (JCP) distribuído em 2015 referente a anos anteriores (2012 a 2014), no montante de R\$ 57.051 (R\$ 54.521 em dezembro 2022).

(Em milhares de reais - R\$)

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social, subscrito, está representado por 486.949.354 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma (486.949.354 em dezembro de 2022).

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 13 de outubro de 2021 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 51 com emissão de 51.007 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 8 de fevereiro de 2022.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2021 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 45.671 com emissão de 45.671.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 8 de fevereiro de 2022.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2022 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 32.752 com emissão de 32.752.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 21 de março de 2023.

(b) Remuneração dos acionistas

Conforme estatuto social, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado pelas devidas deduções previstas no artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

(c) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(d) Reserva estatutária

O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado a reserva estatutária.

17. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

O Banco manteve operações com as seguintes partes relacionadas, sendo todas Coligadas:

- Depósitos à vista:
 - Cargill Agrícola S.A.
 - SJC Bioenergia S.A.
 - Cargill Prolease Locação de Bens Ltda.
- Obrigações por empréstimos:
 - Cargill Financial Services International Inc.
- Obrigações por repasses do exterior:
 - Cargill Financial Services International Inc.
- Valores a pagar/serviços técnicos especializados:
 - Cargill Agrícola S.A.

Os valores apurados foram:

Descrição	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	Jun/2023	Dez/2022	Jun/2023	Jun/2022
Obrigações por empréstimos	(1.795.028)	(2.136.259)	(28.182)	(48.730)
Obrigações por repasses do exterior	(550.882)	(1.076.769)	(17.409)	(14.617)
Depósitos à vista	(1.463)	(2)	–	–
Valores a pagar/serviços técnicos	(70)	(70)	(329)	(301)

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

(a) Operações de crédito

Descrição	Jun/2023	Jun/2022
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.871	1.325
Rendas de financiamentos a exportação	1.972	28.216
Rendas de empréstimos	271	–
	<u>5.114</u>	<u>29.541</u>

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	Jun/2023	Jun/2022
Aplicações interfinanceiras de liquidez	34.586	30.049
Títulos de renda fixa	9.540	6.787
	<u>44.126</u>	<u>36.836</u>

(Em milhares de reais - R\$)

(c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Descrição	Jun/2023	Jun/2022
Contratos futuros	(6.040)	(18.965)
Contratos de operações a termo	(57.744)	(158.360)
Outros derivativos	4.486	4.669
	<u>(59.298)</u>	<u>(172.656)</u>

(d) Operações de captação no mercado

Descrição	Jun/2023	Jun/2022
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	4	5
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	-	227
	<u>4</u>	<u>232</u>

(e) Operações de empréstimos e repasses

Descrição	Jun/2023	Jun/2022
Despesas com obrigações de empréstimo no exterior	28.182	48.730
Despesas com repasses do exterior	17.409	14.617
	<u>45.591</u>	<u>63.347</u>

(f) Resultado de operações de câmbio

Descrição	Jun/2023	Jun/2022
Resultado com variação cambial	(61.244)	(5.815)
Resultado de operações de câmbio	34.450	42.702
Resultado com prêmios sobre interbancário	15.112	50.073
Outros	1.582	4.551
	<u>(10.100)</u>	<u>91.511</u>

(g) Despesas de pessoal

Descrição	Jun/2023	Jun/2022
Proventos	1.016	850
Encargos sociais	418	349
Benefícios	114	61
Outros	17	13
	<u>1.565</u>	<u>1.273</u>

(h) Outras despesas administrativas

Descrição	Jun/2023	Jun/2022
Serviços técnicos especializados	11.303	1.210
Processamento de dados	1.441	1.492
Contribuições e Doações	1.282	204
Emolumentos judiciais e cartorários	421	304
Serviços do sistema financeiro	158	225
Contribuição entidades de classe	138	132
Outros	272	209
	<u>15.015</u>	<u>3.776</u>

(i) Despesas tributárias

Descrição	Jun/2023	Jun/2022
Contribuição à COFINS	3.676	7.131
Contribuição ao PIS	600	1.161
ISS	75	21
CIDE	61	41
Outros	111	119
	<u>4.523</u>	<u>8.473</u>

(j) Outras receitas operacionais

Descrição	Jun/2023	Jun/2022
Variação cambial positiva proveniente de operações passivas	145.986	204.399
Reversão de provisões operacionais	-	44
Outros	1.026	-
	<u>147.012</u>	<u>204.443</u>

(k) Outras despesas operacionais

Descrição	Jun/2023	Jun/2022
Variação cambial negativa proveniente de operações ativas	24.402	65.624
Despesas de comissão	383	330
Despesas de processos judiciais - processos cíveis	100	-
Outros	80	191
	<u>24.965</u>	<u>66.145</u>

(Em milhares de reais - R\$)

19. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

(a) Governança corporativa

O Banco Cargill adota as melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança corporativa e transparência. O Banco está estruturado visando o crescimento sustentável, tendo como base um conjunto de controles internos, normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como suas políticas internas.

O processo de gerenciamento de riscos no Banco Cargill visa identificar, medir e monitorar os riscos inerentes às operações e às atividades do banco, bem como estabelecer políticas, procedimentos e metodologias de gestão e controle alinhados às estratégias e ao Apetite de Risco (RAS - Risk Appetite Statement) definido pelo Banco Cargill.

O Banco Cargill possui estrutura e políticas definidas para o gerenciamento de riscos e de capital, revisadas no mínimo anualmente e aprovadas pela diretoria. Essa estrutura tem como objetivo prover um sistema de controles estruturado, em consonância com o perfil operacional do Banco Cargill, visando auxiliar em decisões estratégicas e assegurar o contínuo funcionamento das atividades.

A estrutura de riscos conta com o envolvimento da Diretoria do Banco Cargill. A diretoria colegiada representa um papel relevante na revisão, proposição de políticas e práticas de gestão de riscos.

A estrutura de gerenciamento de riscos conta com divisões subordinadas às diretorias para monitoramento e análise de risco, apuração e acompanhamento do capital mínimo regulamentar segundo regras estabelecidas pelo BACEN.

O Banco Cargill possui uma Política de Anticorrupção e Conduta que foi elaborado como um instrumento de conduta e compliance, este código é um complemento ao Manual de Princípios Éticos da Cargill (Guide Principles). A Política enfatiza que estar em Compliance é um dever de todos os funcionários e visa fortalecer o comportamento de todos os funcionários, de acordo com o Manual de Princípios Éticos da Cargill, com as expectativas dos clientes, com as melhores práticas de mercado e com as exigências legais e fiscalizadoras.

A Política apresenta conceitos e regras que se aplicam para todos os funcionários, sendo estes desde trabalhadores em tempo parcial, estagiários, terceirizados até a diretoria do Banco. É indispensável que todos os funcionários ajam de acordo com as obrigações legais e fiscalizadoras, mesmo quando estas não forem mencionadas no Código. Nesse contexto, fica bem claro que a imagem do Banco é projetada por meio de cada um de seus funcionários e de suas atividades diárias, qualquer que seja o tipo de trabalho desenvolvido. Dessa forma, todos têm uma responsabilidade especial perante a opinião pública, junto aos clientes, fornecedores e, também, aos colegas de trabalho. Ainda, faz parte da obrigação de toda a diretoria e da gerência assegurar de que isto esteja acontecendo.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Cargill, contempla pontos de controles internos/compliance que descrevemos abaixo:

- I. Diretoria - designação de diretor responsável para o gerenciamento de riscos.
- II. Políticas - Gerenciamento Integrado de Riscos Operacional, Gerenciamento de Capital, Planejamento Estratégico e RAS.
- III. Monitoramentos que auxiliam as diversas áreas controlar os processos e verificar limites de atuação.

Todos os monitoramentos de controles internos e gestão de riscos ficam à disposição das auditorias internas e externas e aos órgãos reguladores. A diretoria também é responsável pelo acompanhamento de possíveis descumprimentos das normas internas e códigos de ética e quando cabível pela tomada de decisões reparatórias.

(b) Risco de crédito

O perfil de risco de crédito do Banco prioriza os clientes com relacionamento comercial recorrente e de longo prazo junto ao Grupo Cargill. Seu efetivo gerenciamento é feito por um conjunto de áreas, tendo como base a política de crédito e, os procedimentos desenvolvidos para estabelecer e monitorar limites operacionais e de riscos, através da identificação, mensuração, mitigação e monitoramento da exposição de risco de crédito.

A gestão dos riscos de crédito no Banco envolve o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração os aspectos macroeconômicos e as condições de mercado, a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, seus históricos de desempenho junto ao Grupo Cargill e as perspectivas econômicas.

(c) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. Apenas os riscos de variação cambial e taxas de juros são riscos inerentes às operações do Banco.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturados, em consonância com seu perfil operacional, periodicamente reavaliado, conforme determina a Resolução CMN nº 4.557/17 e Resolução CMN nº 4.943/21, visando a otimizar a relação risco-retorno com o uso de ferramentas adequadas e com o envolvimento da diretoria. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é independente e, subordinada à Diretoria e está composta pela gerência de risco de mercado e pelo comitê de gerenciamento de riscos.

(d) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. O Banco, como parte da filosofia do Grupo Cargill, tem rigorosos padrões de controles internos a fim de minimizar, cada vez mais, os riscos inerentes às suas atividades. Na busca contínua pela eficácia de seus controles internos, o Banco possui uma estrutura específica e independente com normas, metodologias e ferramentas que permitem a gestão e o controle dos riscos operacionais, dos inerentes à sua atividade e de continuidade dos negócios.

Os procedimentos de gerenciamento do risco operacional incluem o mapeamento das atividades, a identificação dos riscos, a definição dos controles chave e da adequação dos riscos residuais, testes periódicos para aferição da adequação dos controles chave, a definição de plano de ação corretivo para deficiências identificadas e o monitoramento da implementação de ações corretivas, somado aos trabalhos desempenhados pelo plano de auditoria interna independente. O Banco optou pela "Abordagem do Indicador Básico" para cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido referente ao risco operacional estabelecido pelas Resoluções CMN nº 4.955/21, Resolução CMN nº 4.958/21, Circular BACEN nº 3.675/13 e Circular BACEN nº 3.754/15.

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento do risco de liquidez contempla o processamento diário da liquidez, além de projeções e análises de cenários de *stress*.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturados, capaz de identificar, avaliar, monitorar e controlar diariamente os riscos associados ao risco de liquidez, a fim de mantê-los sempre atualizados e compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos e serviços prestados pelo Banco.

(f) Risco Social, Ambiental e Climático

O Risco Social, Ambiental e Climático são potenciais danos gerados a sociedade e ao meio ambiente e podem ter origem em setores variados. O Banco Cargill avalia o risco social, ambiental e climático de seus clientes, de novos produtos e serviços, de suas atividades e negócios sempre pautado pelos princípios da proporcionalidade e da relevância. Por meio dos mecanismos de Know Your Customer (KYC) e Due Diligence, busca-se conhecer o potencial cliente, evitando o relacionamento com indivíduos e entidades que contrariam os princípios éticos do Grupo Cargill e Banco Cargill. Ainda, para garantir o pleno funcionamento dos mecanismos de controle acima, o Banco Cargill monitora periodicamente os seus clientes.

(g) Gestão de capital

O gerenciamento ou gestão de capital engloba um conjunto de atividades (processo) permanentes e dirigidas ao monitoramento e controle dos níveis de capital exigidos, para suportar as metas e estratégias planejadas para o desenvolvimento do Banco, considerando, inclusive, a cobertura de riscos aos quais a Instituição estará exposta.

O objetivo principal do gerenciamento de capital é garantir que se cumpram os requerimentos de capital impostos externamente e proporções de capital compatíveis e saudáveis com fins de suportar seus negócios do Banco.

A Diretoria do Banco Cargill garante o processo de gerenciamento de capital na Instituição, considerando também o monitoramento conjunto dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, legais e de imagem da Instituição de forma a subsidiar o processo decisório do Banco.

(h) Índice de Basileia

Descrição	Jun/2023	Dez/2022
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	419.190	448.156
Patrimônio de Referência (PR)	765.946	763.539
Patrimônio de Referência mínimo para RBAN e RWA	56.105	39.245
Valor total da parcela RBAN	22.570	3.393
Valor da Margem sobre PR (considerando RBAN)	699.362	713.090
Índice de Basileia (PR ÷ RWA)	182,72%	170,37%
Índice de Basileia Amplo (PR ÷ ((RBAN ÷ F) + RWA))	109,22%	155,64%
Fator "F" (Resolução CMN nº 4.958/21)	8%	8%

(i) Divulgação das informações referentes à gestão integrada de riscos

As informações quantitativas e qualitativas, relacionadas à gestão integrada de riscos referente ao Pilar III de Basileia III, estão disponíveis no endereço eletrônico do Banco Cargill, www.bancocargill.com.br (não auditado) dentro do menu "Relatório Gestão de Risco".

(j) Análise de sensibilidade

Seguem os possíveis impactos no resultado gerados pelas operações com instrumentos financeiros, que expõe o Banco a riscos oriundos de variação cambial e de taxa de juros, com base nos cenários e exposições abaixo:

(I) Variação cambial

	Cenários - Jun/2023				
	Exposição	25%	50%	(25%)	(50%)
Exposição patrimonial	266.914	66.728	133.457	(66.728)	(133.457)
Futuro dólar	(14.450)	(3.612)	(7.225)	3.612	7.225
NDF cambial	(242.597)	(60.649)	(121.299)	60.649	121.299
	9.867	2.467	4.933	(2.467)	(4.933)

	Cenários - Dez/2022				
	Exposição	25%	50%	(25%)	(50%)
Futuro dólar	21.296	5.324	10.648	(5.324)	(10.648)
Exposição patrimonial	(17.170)	(4.292)	(8.585)	4.292	8.585
	4.126	1.032	2.063	(1.032)	(2.063)

São considerados quatro cenários que refletem os movimentos das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais.

(Em milhares de reais - R\$)

- **Cenário (I):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de 25% na cotação do dólar de 30 de junho de 2023 e de 31 de dezembro de 2022;
- **Cenário (II):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de 50% na cotação do dólar de 30 de junho de 2023 e de 31 de dezembro de 2022;
- **Cenário (III):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de (25%) na cotação do dólar de 30 de junho de 2023 e de 31 de dezembro de 2022;
- **Cenário (IV):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de (50%) na cotação do dólar de 30 de junho de 2023 e de 31 de dezembro de 2022.

(II) Taxa de juros

	Cenários		Cenários	
	Jun/2023		Dez/2022	
	Exposição	DV/100	Exposição	DV/100
Exposição patrimonial	763.116	(157)	749.578	(180)
DI Futuro	(190.830)	(138)	(192.926)	(169)
NDF	(761.018)	(203)	-	-
	<u>(188.732)</u>	<u>(498)</u>	<u>556.652</u>	<u>(349)</u>

Utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de juros dos fatores de risco mais relevantes da carteira do Banco, como por exemplo a curva PrêXDI. Tal método tem como objetivo simular os efeitos na marcação à mercado das carteiras do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado. Para análise de sensibilidade das operações com risco de taxa de juros aplicamos choques de 100 bps (pontos base) para mais e para menos nas exposições existentes em 30 de junho de 2023 e de 31 de dezembro de 2022 e reportamos o cenário que apresenta perda de valor econômico.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Recursos em trânsito de terceiros

O valor registrado de R\$ 190 (R\$ 2.423 em dezembro de 2022) refere-se na sua totalidade às ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

(b) Benefícios a empregados

(i) Fundo de Pensão

O Banco, em conjunto com outras empresas do Grupo Cargill, é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar administrado pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos. São mantidos dois planos, sendo: um plano parte contribuição definida e parte benefício definido e um plano integralmente de contribuição definida. Estes planos têm por finalidade principal a concessão de benefícios de pecúlio e/ou renda suplementares ou assemelhados da Previdência Social para funcionários, diretores e seus beneficiários das empresas patrocinadoras. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

(ii) Planos de Saúde

O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal ou com coparticipação, podendo ser estendido a seus cônjuges e dependentes mediante contribuições adicionais.

(c) Acordo de compensação

O Banco possui acordo para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, firmado junto a outras instituições financeiras visando a obter maior garantia de liquidação das operações efetuadas em contrapartida a essas instituições.

21. OUTROS ASSUNTOS

Plano de implementação da Resolução CMN nº 4.966/21

A Resolução CMN nº 4.966/21, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*).

O Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 foi aprovado pela Administração em 7 de junho de 2022 e está estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança e identificar aspectos sistêmicos.

O Banco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma, em 1º de janeiro de 2025.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2023.

DIRETOR PRESIDENTE

Paulo Humberto Alves de Sousa

DIRETORES

Alvaro Luiz de Rezende Puech

Marina Haidar Chede Carton

Marlon Glauco Lazaro

CONTADOR

Marcelo Pongeluppi

CRC 1SP212314/O-4

Aos acionistas e aos administradores do

Banco Cargill S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Cargill S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cargill S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2023

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**

CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Luciana Liberal Samia

Contadora - CRC 1SP198502/O-8



Banco Cargill

Av. Dr. Chucri Zaidan, 1240 6º andar
04711-130 - São Paulo - SP - Brasil
Morumbi Corporate – Torre Diamond
Telefone: 55 11 5099-3311
Ouvidoria: 0800 648 5050
ouvidoria_banco@cargill.com
www.bancocargill.com.br